

# **A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul**

**Amanda Emiliana Santos Baratelli**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: baratelli46@gmail.com

**Sedeval Nardoque**

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Três Lagoas, Mato Grosso do Sul, Brasil.

e-mail: nardoque@hotmail.com

## **Resumo**

As ações do Estado neoliberal brasileiro, nos últimos anos, serviram ao desenvolvimento da agricultura capitalista, via subsídios financeiros e estruturas, sobretudo na expansão das áreas de monocultivos de soja, de milho, de eucalipto e de cana-de-açúcar, vinculados à dinâmica de exportação de *comodities*, e apresentaram rebatimentos nas políticas públicas do campo, mormente, para a agricultura familiar camponesa. O objetivo deste artigo é analisar as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos seguiram a revisão bibliográfica sobre a temática e também foram utilizados dados da plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA, por meio da Pesquisa Agrícola Municipal de 2019 e da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura de 2019. Desta forma, constatou-se que as políticas de investimentos para o campo brasileiro destinaram-se, principalmente, à expansão da agricultura capitalista. Entretanto, os ditos Governos progressistas (Lula e Dilma) ainda dedicaram algumas ações à manutenção e ao crescimento da agricultura familiar camponesa que, no presente momento, corre risco devido aos avanços no desmonte das políticas públicas.

**Palavras-chave:** Estado; agricultura capitalista; Mato Grosso do Sul; reprimarização da economia; políticas públicas.

## **The expansion of capitalist agriculture subsidiated by state actions in Mato Grosso do Sul**

### **Abstract**

The actions of the Brazilian neoliberal state, in recent years, have served the development of capitalist agriculture, through financial subsidies and structures, mainly in the expansion of the areas of soy, corn, eucalyptus and sugar cane monocultures, linked to the commodities export dynamics, and had repercussions on public policies in the countryside, especially for family peasant agriculture. The objective of this article is to analyze the Brazilian State actions in recent times for capitalist agriculture and for family peasant agriculture in Mato Grosso do Sul. The methodological procedures followed the bibliographic review on the topic and data from the IBGE's Automatic Recovery System - SIDRA platform were also used, through the 2019 Municipal Agricultural Research and the 2019 Vegetable Extraction and Silviculture Production. Thus, it was noticed that investment policies for the Brazilian countryside were mainly aimed at the expansion of capitalist agriculture. However, the so-called progressive governments (Lula and Dilma) still dedicated some actions to the maintenance and growth of

family peasant agriculture that, at the present moment, is at risk due to advances in the public policies dismantling.

**Keywords:** State; capitalist agriculture; Mato Grosso do Sul; economic reprimarization; public policies.

## **La expansión de la agricultura capitalista subsidiada por acciones estatales en Mato Grosso do Sul**

### **Resumen**

Las acciones del Estado neoliberal brasileño, en los últimos años, han servido al desarrollo de la agricultura capitalista, a través de subsidios financieros y estructuras, especialmente en la expansión de las áreas de monocultivos de soja, maíz, eucalipto y caña de azúcar, vinculados a la dinámica de exportación de commodities, y repercutió en las políticas públicas en el campo, especialmente para la agricultura familiar campesina. El objetivo de este artículo es analizar las acciones del Estado brasileño en los últimos tiempos para la agricultura capitalista y la agricultura familiar campesina en Mato Grosso do Sul. Los procedimientos metodológicos siguieron la revisión bibliográfica sobre el tema y también se utilizaron datos del Sistema de Recuperación Automática del IBGE - plataforma SIDRA, a través de la Encuesta Agrícola Municipal de 2019 y la Producción de Extracción Vegetal y de Silvicultura de 2019. Así, se encontró que las políticas de inversiones para el campo brasileño estaban principalmente dirigidas a la expansión de la agricultura capitalista. Sin embargo, los llamados gobiernos progresistas (Lula y Dilma) aún dedicaron algunas acciones al mantenimiento y crecimiento de la agricultura familiar campesina que, en el momento actual, se encuentra en riesgo por los avances en el desmantelamiento de las políticas públicas.

**Palabras clave:** Estado; agricultura capitalista; Mato Grosso do Sul; reprimarización de la economía; políticas públicas.

### **Introdução**

Historicamente, o Estado brasileiro tem direcionado esforços em ações de infraestrutura territorial e, efetivamente, os programas elaborados pelos Governos serviram como importantes subsídios para atrair a territorialização do capital no campo. Nesse sentido, o Estado sempre foi (e ainda é) importante peça na economia para reprodução ampliada do capital (HESPANHOL, 1999).

Assim, os direcionamentos das políticas de infraestrutura do Estado foram diferentes em cada momento histórico no país, uma vez que os objetivos econômicos eram distintos também. Todavia, em todos os Governos, no campo, os principais direcionamentos foram destinados à expansão da agricultura capitalista.

Neste sentido, algumas políticas de infraestrutura nos anos 1970 objetivavam o desenvolvimento territorial, econômico e a integração regional, tais como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa para o Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN), foram determinantes para ao direcionamento das atividades

agrícolas desempenhadas. Entretanto, as crises cambiais reduziram os orçamentos destes Programas, fazendo-os desaparecer.

No entanto, as heranças históricas dessas ações do Estado se somaram às novas dinâmicas da expansão da agricultura capitalistas e de empresas ligadas ao setor (à jusante e à montante), contribuíram para a reprimarização da economia como forma de garantir estabilidade fiscal e elevação do Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, os Governos brasileiros, transvestidos de roupagem e premissas neoliberais, seguiram direcionando investimentos públicos para o crescimento da agricultura capitalista, entretanto, os Governos ditos progressistas<sup>1</sup> (Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ambos do Partido dos Trabalhadores), apesar de ineficientes na luta pela Reforma Agrária, pautaram importantes políticas públicas para a agricultura familiar camponesa, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

O presente artigo é resultado de reflexões de pesquisa em nível de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas. Para tanto, as discussões e reflexões, realizadas durante a disciplina “Território, Questão Agrária e Políticas Públicas no Brasil”<sup>2</sup>, na qual o objetivo foi a discussão acerca das ações do Estado, capital e as contradições das políticas públicas no campo brasileiro, contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento e para os resultados preliminares da pesquisa. Neste sentido, a adoção da escala sul-mato-grossense da investigação ocorre devido à presença (em crescimento) da territorialização do capital, subsidiada pelo Estado, em especial no setor sucroalcooleiro e da celulose e da monopolização do território, via empresas que atuam no setor de grãos (soja e milho), contribuindo para o crescimento das áreas de plantio.

Assim, o objetivo deste artigo é analisar as ações do Estado brasileiro nos últimos tempos para a agricultura capitalista e para a agricultura familiar camponesa em Mato Grosso do Sul. Os procedimentos metodológicos seguiram a revisão bibliográfica sobre a temática e também foram utilizados dados da plataforma Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), por meio da Pesquisa Agrícola Municipal de 2019 e da Produção de Extração Vegetal e da Silvicultura de 2019. Considerando o percurso para alcançar o objetivo proposto, o artigo divide-se em três partes: a) o Estado e a reprodução ampliada do capital; b) O Estado

---

<sup>1</sup> Os governos considerados progressistas são aqueles que construíram suas frentes políticas com a representação de setores populares (operariado, assalariados, camponeses etc). De acordo com Veltmeyer e Petras (2014) a adoção do modelo de reprimarização econômica (exportação em *comodities*) tornou-se tendência em países sul-americanos, de governos progressistas, devido a possibilidade de adquirir estabilidade econômica, crescimento no PIB e torna-se atrativo para investimentos internacionais. A última crise do capitalismo, de 2008, fez com que capitalistas transferissem seus capitais de investimento para localidade em que a reprodução ampliada do capital fosse facilitada, por meio da apropriação da renda da terra e da natureza, como no caso do Brasil (NARDOQUE, 2017).

<sup>2</sup> A disciplina foi ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da UFMS, campus de Três Lagoas (UFMS/CPTL) e ministrada pelos professores Sedeval Nardoque e Evandro César Clemente.

neoliberal e seus investimentos na reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul e c) Breves considerações sobre o Estado neoliberal e a tendência ao desmonte das políticas públicas voltadas à agricultura familiar camponesa.

### **O Estado e a reprodução ampliada do capital**

O Estado brasileiro representou, em suas ações, nítido favorecimento às classes dominantes, isto é, a sua face burguesa e latifundiária. Todavia, essa forma de direcionamento estatal não se limita ao Brasil, muito pelo contrário, está atrelada à essência do Estado burguês. Assim, de acordo com Harvey (2005), ao analisar o Estado a partir da teoria marxista, enfatiza que o mesmo não é uma “coisa” abstrata e alheia à sociedade, mas uma relação que se materializa por meio da representação de suas instituições, seja em âmbito jurídico, político, militar, administrativo e/ou ideológico, como forma de instrumento de dominação para subsidiar o desenvolvimento do capitalismo.

Todavia, as formas de organização e de ações do Estado não ocorrem de maneira homogênea em todo espaço geográfico, isto porque a centralidade da acumulação capitalista está na produção de escalas geográficas desiguais, evidenciadas no ciclo produtivo do capital (produção-distribuição-circulação-consumo). Para conseguir êxito nessa dinâmica espacial, o poder da relação capitalista se divide entre países imperialistas e países periféricos, materializados, por exemplo, nas estratégias de descentralização para barateamento da produção. Assim, a expansão do capital se intensifica com o fator geográfico, rompendo barreiras espaciais e potencializando a circulação livre das mercadorias (HARVEY, 2005).

O Estado, enquanto peça fundamental no sistema, deve cumprir, então, com a manutenção da reprodução ampliada do capital e o não cumprimento pode sujeitá-lo a reformas (HARVEY, 2005). Nessa perspectiva, para Poulantzas (1985), o Estado, controlado pela classe dominante, manobra as crises políticas assumindo características de estatismo autoritário que, por meio de seus arranjos internos, tais como as estratégias de coerção, neutralizam a luta de classes e retomam o controle do tipo capitalista de Estado (JESSOB, 2009).

As relações sociais ocorrem de forma desigual-combinada<sup>3</sup> e não são neutras ao avanço do capitalismo e, assim, as lutas de classes travadas representam que o território está além das relações tipicamente capitalistas de produção e que, na verdade, ele é produto concreto e essencialmente contraditório dessas relações – em constante disputa, logo, ele reproduz relações capitalistas e não-capitalistas de produção. Sendo assim, o território é

---

<sup>3</sup> A teoria de desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky é uma tentativa de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. Ver em “A teoria do desenvolvimento desigual e combinado”, do autor Michael Löwy, 1995.

entendido como a síntese contraditória da totalidade do processo de produção, distribuição, circulação e consumo do capitalismo (OLIVEIRA, 1999).

O território, enquanto produto concreto da luta de classes e contradição sistêmica, se expressa nas relações sociais de produção capitalistas e não-capitalistas e no campo nos processos de territorialização do capital e monopolização do território. No primeiro, o capitalismo territorializa-se e exerce a reprodução ampliada do capital em plenitude, apropriando-se de renda na produção e de lucro. No segundo, o capital redefine as relações de produção camponesa e as monopoliza, apropriando-se da renda da terra na circulação (OLIVEIRA, 1999).

Nesta perspectiva, a renda da terra é fator determinante nas relações capitalistas e não-capitalistas na agricultura, considerando que a propriedade da terra representa um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que, para a territorialização do capital, o capitalista precisa destinar parte do seu capital na compra – renda capitalizada – e/ou arrendamento da terra. Enquanto isso, o proprietário fundiário, que se assenhora da propriedade privada da terra, exerce o direito de auferir a renda, paga por toda sociedade por meio das relações desiguais que extraem a mais-valia social como tributo coletivo (MARTINS, 1981).

A extração da renda da terra também ocorre por meio da monopolização do território, ou seja, no bojo da reprodução das relações não-capitalistas de produção. O capitalista age como atravessador na produção camponesa, assim, a renda da terra e do trabalho, que compõe parte do preço da produção, é apropriada quando as relações de mercado as monopolizam (OLIVEIRA, 1999). Essa dinâmica representa a relação contraditória e desigual-combinada desempenhada no modo capitalista de produção, uma vez que o camponês detém a força trabalho e a propriedade privada da terra e, mesmo assim, tem sua renda apropriada.

No que se refere às ações do Estado desempenhadas no campo, para a reprodução ampliada do capital, está a garantia do direito de propriedade privada dos meios de produção (a terra) e da força de trabalho (lucro e renda).

A centralidade na questão agrária do Brasil deve ser relacionada à origem da propriedade capitalista da terra, instituída pela Lei de Terras de 1850, que serviu como forma de torná-la mercadoria e institucionalizar os latifúndios distribuídos no regime sesmario, além de, principalmente, objetivar barrar a ocupação de terras ociosas por ex-escravizados e camponeses e, ao mesmo tempo, permitir a apropriação aos mais abastados (MARTINS, 2010).

Diante das ações do Estado brasileiro para a reprodução ampliada do capital, torna-se determinante analisá-lo para além dos subsídios mínimos burocráticos, seu viés capitalista tem sido representado também nas ações de desenvolvimento territorial. Desde a década de 1930, foram incorporados os princípios europeus *keynesianistas* de Estado “presente”,

entretanto, diferente do que houve na Europa – melhora na qualidade de vida e de direitos dos trabalhadores –, o Estado brasileiro direcionou seus investimentos na constituição de infraestruturas que servissem como fluidez e atrativo territorial ao capital (HESPANHOL, 1999).

Nesse sentido, as ações do Estado brasileiro centravam-se em políticas para acompanhar o movimento de industrialização internacional, motivado pela crescente onda tecnológica e de técnica herdadas da II Guerra Mundial, porém, com concentração dos investimentos e áreas industrializadas no Sudeste e a incorporação de outras regiões como fornecedoras de alimentos, de matérias-primas e consumidoras de produtos manufaturados.

Nesta perspectiva, dentre as áreas com retardo no dinamismo econômico, destaca-se a região Centro-Oeste que, no período da Era Vargas (1930-1945), fora exemplo das estratégias de integração nacional, implantadas com o programa de “Marcha para o Oeste” por meio das Colônias Agrícolas Nacionais, incentivando o povoamento das regiões e o desenvolvimento econômico (HESPANHOL, 2000). No atual Mato Grosso do Sul, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados remete-se às políticas do Governo Vargas.

Em consonância a essas ações, o Governo brasileiro criou as Superintendências de Desenvolvimento Regional, responsáveis por incentivar e integrar a economia do país. Assim, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) criou os polos de desenvolvimento especiais, tais como: Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), Programa Especial da Região da Grande Dourados (PRODEGRAN) e Programa de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) (HESPANHOL, 1999).

Os Programas Especiais em questão objetivavam determinar atividades econômicas específicas para as áreas de Cerrado<sup>4</sup> e, principalmente, integrar a produção agropecuária do Centro-Oeste e incentivar plantios em grande escala para suprir a demanda de exportação de *commodities*.

Com o POLOCENTRO, objetivava-se incentivar desenvolvimento nas áreas de pastagem, lavouras e reflorestamento, além disso, uma das metas consistia em aumentar o cultivo de grãos em 60% e reduzir a pecuária em 40% (TEIXEIRA 2005; HESPANHOL 2000). Pelo PRODEGRAN, objetivava-se aproveitar o potencial agrícola da região de Dourados (MS) para o cultivo de cereais e oleaginosas voltadas à exportação (ABREU, 2005). Com o PRODEPAN, pretendia-se incorporar a área do Pantanal ao mercado nacional como

---

<sup>4</sup> A lógica da expansão da agricultura capitalista nas áreas de Cerrado se mantém em vigor ainda em tempos atuais (2021). De acordo com Pereira e Pauli (2019), a região da MATOPIBA – última fronteira agrícola de Cerrado, que abrange os estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, com cerca de 337 municípios e área de 73.173.485 hectares – têm sofrido com o avanço predatório da agricultura capitalista, causando destruição nos poucos resquícios de Cerrado, territórios camponeses, indígenas, quilombolas, entre outras comunidades tradicionais.

responsável por desempenhar o abastecimento de carne bovina para diversas partes do país (ABREU, 2000).

De fato, pode-se analisar que as principais metas dos polos de desenvolvimentos especiais consistiam em dinamizar a agropecuária das grandes propriedades, com incentivos ao plantio de monoculturas e criação de bovinos, logo, os investimentos do Estado serviram como subsídio para o enriquecimento individual dos proprietários de terras na Região Centro-Oeste do Brasil.

Os incentivos governamentais para a integração e incorporação econômica da Região Centro-Oeste com as demais regiões do Brasil a designou para a expansão das monoculturas e o cultivo de grãos. Nesse sentido, a centralidade do cultivo de soja e de milho (principais grãos exportados) ficou na região da Grande Dourados, antigo sul de Mato Grosso (atual sul de Mato Grosso do Sul), incentivada pelo PRODEGRAN. Assim, com o processo de divisão do estado de Mato Grosso (1979), o Mato Grosso do Sul foi incorporado à lógica econômica com a incumbência de desempenhar o papel de “celeiro” do Brasil (MISSIO; RIVAS, 2019).

É fato que o Brasil tem desempenhado importante papel na exportação de matéria-prima, desde o período de sua colonização, como o pau-brasil, seguido do regime de *plantations* de cana-de-açúcar, café, algodão, extração da borracha etc., além do esgotamento de jazidas de ouro e diamante com a intensa mineração (CALIXTO, 2011).

Todavia, os períodos de crises e os processos de substituição de importações (período entre as grandes Guerras Mundiais) fizeram com que o Brasil dinamizasse sua economia, tornando-o um país também industrial e, nesta perspectiva, as atividades agrícolas, historicamente desempenhadas no país, passaram a adquirir nova roupagem, embutidas de técnicas e tecnologias. A territorialização das agroindústrias e a intensificação da agricultura capitalista realizaram modificações nas tradicionais atividades do campo, entretanto, mantiveram a centralidade na concentração fundiária e na exportação de matéria-prima, só que agora num modelo denominado de reprimarização.

Por fim, cabe destacar, a Região Centro-Oeste não estava desocupada no processo de expansão das fronteiras agrícolas. Nela residiam populosas comunidades indígenas, tais como os Ofaié, os Terena, os Kadiwúé, os Xavantes e os Guarani-Kaiowá (além de outros), quase que dizimados num processo brutal de violência com a finalidade de alcançar o dinamismo econômico e/ou “povoar” a região (CHAMORRO e COMBÈS, 2015), uma vez que às políticas e Programas de ocupação para a região centravam seus discursos no pressuposto de espaços “vazios”.

## **O Estado neoliberal e seus investimentos na reprimarização da economia em Mato Grosso do Sul**

A premissa econômica do neoliberalismo consiste em reduzir as ações do Estado no que diz respeito às suas áreas de investimentos e/ou regulamentação da economia, assim, o Estado tenderia a agir de forma mínima. Todavia, no Brasil os investimentos públicos para os grandes setores da economia se mantiveram mesmo com regime neoliberal e um dos principais setores que recebeu investimentos públicos foi a agricultura capitalista e as empresas ligadas ao setor, bem como sua integração ao sistema financeiro<sup>5</sup>.

A transição da Ditadura Militar (keynesiana) para a efetivação do neoliberalismo foi marcada por intensas crises cambiais e de significativo endividamento externo. A década perdida, entre 1980-1990, fez com que o país buscasse alternativas de estabilidade econômica em atividades agrícolas, sobretudo, na intensificação da exportação de *commodities* a partir da década de 1990 (DELGADO, 2012).

A intensificação da economia brasileira voltada à exportação de *commodities*, na década de 1990, ocorreu como estratégia do Governo FHC (1995-1998 e 1999-2002) no período de ascensão do modelo de Estado neoliberal. O endividamento externo e a queda do valor de compra da moeda brasileira direcionaram o país a buscar alternativas de economia que mantivesse estabilidade fiscal e crescimento a longo prazo (DELGADO, 2012).

Nesse sentido, de acordo com Nardoque (2017), os investimentos do Governo de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira, de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002) nas atividades ligadas ao agronegócio iniciaram com mais de R\$ 12,8 bilhões em seu primeiro mandato e cresceram exponencialmente para R\$ 22,4 bilhões em 2002, seu último ano do seu segundo mandato.

O Estado passou, então, a investir no modelo de reprimarização da economia que, de acordo com Veltmeyer e Petras (2014), consiste na exploração dos recursos naturais e na exportação de matérias-primas em larga escala. O modelo em questão intensifica a relação de importação-exportação com centros capitalistas e possibilita estabilidade nas balanças fiscais.

Para Veltmeyer e Petras (2014), a adoção do modelo de reprimarização da economia tem sido tendência nos países mesmo com governos ditos progressistas da América Latina, isto porque a exportação em larga escala proporciona elevação no percentual do PIB (Produto Interno Bruto) e potencial de crescimento a longo prazo.

O Governo Lula (Partido dos Trabalhadores, de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010), de viés progressista, seguiu o mesmo caminho adotado no Governo FHC, de investimentos para

---

<sup>5</sup> A integração entre agricultura, empresas e bancos pode ser denominada de agronegócio.



a agricultura capitalista. Em seu primeiro mandato, os recursos destinados foram de mais de R\$ 36,6 bilhões e saltaram, em 2010, para mais de R\$ 82 bilhões (NARDOQUE, 2017).

No Brasil, então, há a ideologização do agronegócio como as atividades de grande produtividade, exemplo da propaganda da Rede Globo de televisão cujo *slogan* é “agro é pop, agro é tech, agro é tudo”<sup>6</sup>, criando a ilusão da eficiência econômica e tem servido como discurso do Estado brasileiro para legitimar os gastos públicos com as atividades ligadas ao agronegócio. Assim:

Foram estes os argumentos que justificaram um gasto público com o agronegócio da ordem de R\$ 2,3 bilhões somente com securitização de dívidas agrícolas pela União entre 2007 e 2009, com estimativa de gasto anual de R\$ 800 milhões com subsídios financeiros e creditícios a partir de então, e de mais R\$ 37,8 bilhões em renúncias fiscais e isenções de impostos, sem contar os R\$ 65 bilhões colocados a disposição do setor como recurso para custeio e investimento na safra 2008/2009, e outros R\$ 58 bilhões na safra anterior. (SAUER, 2010, *apud* PERPETUA, 2012, p. 139).

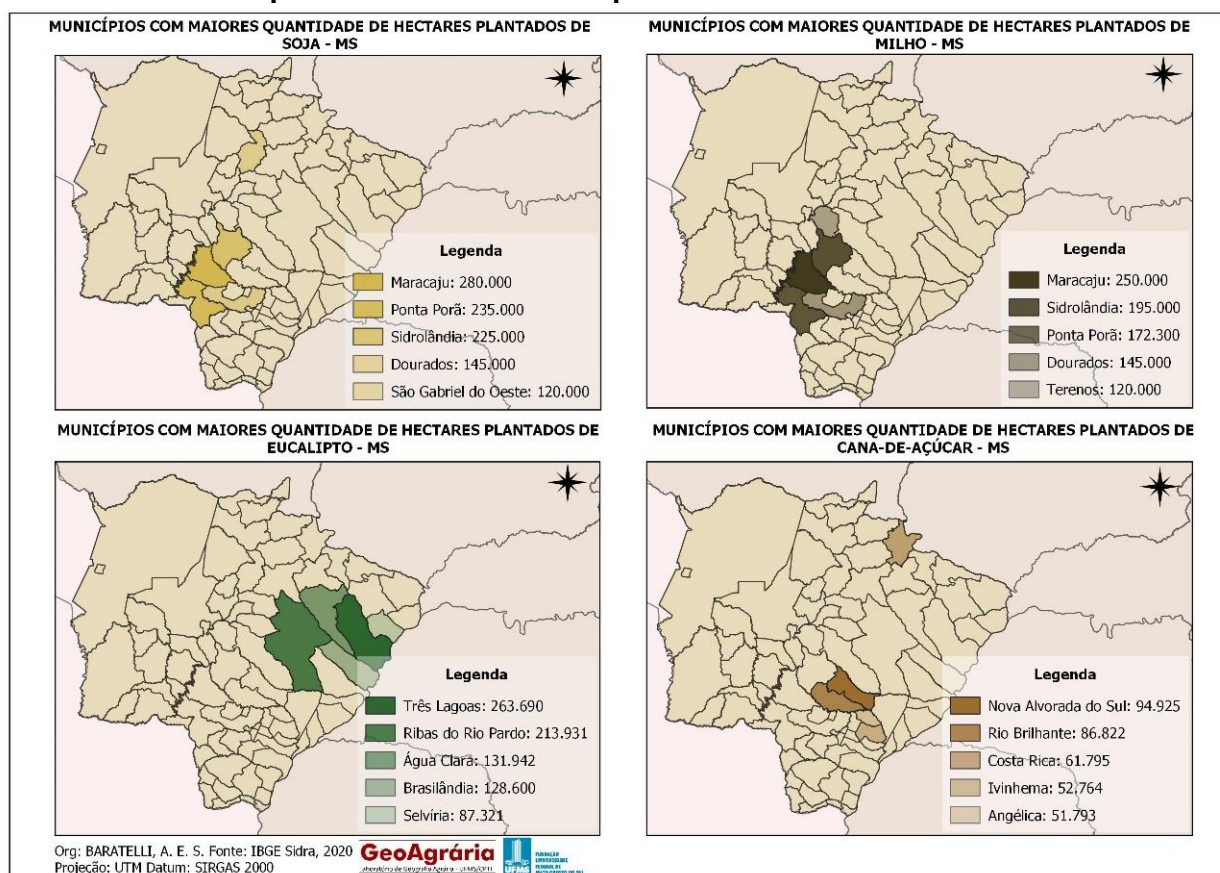
Os investimentos públicos no agronegócio objetivam aumentar a capacidade produtiva do setor e intensificar as exportações e aumentar o PIB. Desta forma, esses investimentos são direcionados aos cultivos de exportação, a exemplo da soja, do milho, da celulose, da carne bovina e do açúcar. Essas atividades tiveram suas áreas de cultivo ampliadas por meio de incentivados pelos polos especiais de desenvolvimento na Região Centro-Oeste desde a década de 1970 e, nos últimos anos, com os governos neoliberais (Fernando Henrique Cardoso, FHC) e neodesenvolvimentistas (Lula e Dilma), por meio de concessão de créditos, como no caso tratado na sequência: Mato Grosso do Sul.

O crescimento dos setores ligados à agricultura capitalista acompanha exponencialmente os investimentos estatais, tal como acontece em Mato Grosso do Sul que, em 2002, no Governo FHC, recebeu crédito rural de R\$ 972,6 milhões. Ao final do Governo Lula, 2010, foram a mais de R\$ 3,4 bilhões. As principais monoculturas plantadas no estado são de soja, de milho, de eucalipto e de cana-de-açúcar, concentradas com maior quantidade em hectares, principalmente, na região Centro-Sul e Leste de Mato Grosso do Sul, conforme demonstrado figura 1, com destaque para os municípios com as maiores áreas plantadas de monocultivos.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nfkcWJQzjH8>> Acesso em: 15 dez. 2020.

**Figura 1: Mato Grosso do Sul: a expansão dos principais monocultivos e os cinco municípios com maiores áreas plantadas em hectares – 2019**



Os créditos no ano de 2010 foram maiores para áreas com cultivos de soja e de milho, como o município de Maracaju (R\$ 211.413.629,87), Dourados (R\$ 191.881.984,40) e Naviraí (R\$ 123.750.383,27) em Mato Grosso do Sul (NARDOQUE, 2017).

Embora os recursos financeiros à agricultura capitalista no Governo Lula tenham se concentrado nos municípios de Maracaju, Dourados e Naviraí, os incentivos fiscais para o plantio de soja e milho estão presentes em Mato Grosso do Sul desde os anos de 1970, devido às políticas do PRODEGRAN. O privilegiado histórico de incentivos governamentais para o cultivo de soja fez a leguminosa alcançar o patamar de maior monocultivo plantado em Mato Grosso do Sul, pois, em 2019, com 2.882.107 hectares, concentrava-se nos municípios da região Centro-Sul do estado, como demonstrado na tabela 1 e na figura 1.

**Tabela 1: Mato Grosso do Sul: cinco municípios com maior área plantada de soja, em hectares.**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>MS</b>	1.987.296	2.158.704	2.350.927	2.448.330	2.620.857	2.713.062	2.882.107
<b>Maracaju</b>	225.000	235.000	248.000	260.000	270.000	273.000	280.000
<b>Ponta Porã</b>	160.100	176.000	192.000	201.000	211.000	215.000	235.000
<b>Sidrolândia</b>	145.000	164.500	174.000	184.000	196.250	205.000	225.000

<b>Dourados</b>	150.000	150.000	150.000	160.000	166.000	170.000	180.000
<b>São Gabriel do Oeste</b>	116.000	120.075	122.000	118.000	120.000	120.000	120.000

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021)

Os incentivos governamentais foram responsáveis pelo acelerado crescimento do plantio de soja e milho em Mato Grosso do Sul. De acordo com dados da Pesquisa Agrícola Municipal, do IBGE, em 1988, o plantio de soja ocupava 1.178.363 hectares e o de milho, 238.943 hectares. Portanto, o crescimento foi significativo em pouco mais de três décadas, como demonstrado nas tabelas 1 e 2.

O cultivo do milho, também localizado na região Centro-Sul (figura 1), é o segundo maior monocultivo (2019), com 1.983.941 hectares, plantado, geralmente, na “safrinha”, período logo após a colheita da soja.

**Tabela 2: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de milho, em hectares.**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>MS</b>	1.543.570	1.595.232	1.681.672	1.686.337	1.832.510	1.907.544	1.983.941
<b>Maracaju</b>	206.000	205.500	205.500	220.150	225.500	250.000	250.000
<b>Sidrolândia</b>	136.500	148.050	160.000	160.000	177.000	185.110	195.000
<b>Ponta Porã</b>	123.000	134.000	142.000	130.000	140.300	160.300	172.300
<b>Dourados</b>	130.325	130.100	130.050	120.000	145.000	145.000	145.000
<b>Terenos</b>	3.900	4.100	8.100	9.170	11.155	1.2000	1.2000

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

Os incentivos governamentais, na década de 1970, para o cultivo de grãos, via PRODEGRAN, em Mato Grosso do Sul, consistiram num grande projeto envolvendo 22 municípios<sup>7</sup>, com área de 84.661 km<sup>2</sup>, centrado na “capital do agronegócio”, o município de Dourados. Os limites do PRODEGRAN abrangiam cerca de seis milhões de hectares com capacidade agrícola satisfatória. (ABREU, 2005). Atualmente, destacam-se os municípios de Maracaju, Sidrolândia, Ponta Porã e Dourados, responsáveis pelas maiores áreas no cultivo de soja e milho, conforme tabela 1 e 2.

O crescimento da área plantada de grãos resultou do direcionamento de recursos, via Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO), por meio de órgãos federais, estaduais e municipais para a execução do Programa. Assim:

Esse foi um Programa cujos recursos foram viabilizados através do orçamento da União, via Secretaria de Planejamento/Presidência da República. Dos Cr\$2.030.000.000,00 (US\$250,15 milhões) programados para 1976-1979, Cr\$ 430 milhões (US\$52,98 milhões) seriam originários de recursos a fundo perdido, através do FDAE – Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas –, FDPI – Fundo de Desenvolvimento de Programas

<sup>7</sup> A saber: Amambai, Anaurilândia, Antonio João, Bataguassu, Bataiporã, Bela Vista, Caarapó, Dourados, Fátima do Sul, Glória de Dourados, Guia Lopes da Laguna, Iguatemi, Itaporã, Ivinhema, Jardim, Jateí, Maracaju, Naviraí, Nova Andradina, Ponta Porã, Rio Brilhante e Sidrolândia. (ABREU, 2005).

Integrados – e do governo estadual e destinados para a infra-estrutura básica e meio ambiente; os Cr\$1.600.000.000,00 (US\$197,16 milhões) restantes, seriam destinados para a programação de promoção e viriam através de órgãos de financiamento, como o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, o Fundo para Financiamento de Pequenas e Médias Empresas e o Sistema Nacional de Crédito Rural. (ABREU, 2005, p. 161).

Além dos incentivos ao milho e à soja, a cana-de-açúcar também se beneficiou dos créditos agrícolas. Seu plantio concentrou-se no Centro-Sul do estado, como demonstrado na figura 1.

O fortalecimento do Estado, via créditos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), fez com que empresas brasileiras do setor de cana, etanol e açúcar se transformassem nas maiores empresas mundiais, exemplo da Raízen (NARDOQUE, 2017). No estado de Mato Grosso do Sul, o cultivo de cana apresenta 727.753 hectares, de acordo com os dados apresentados na tabela 3.

**Tabela 3: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de cana-de-açúcar, em hectares.**

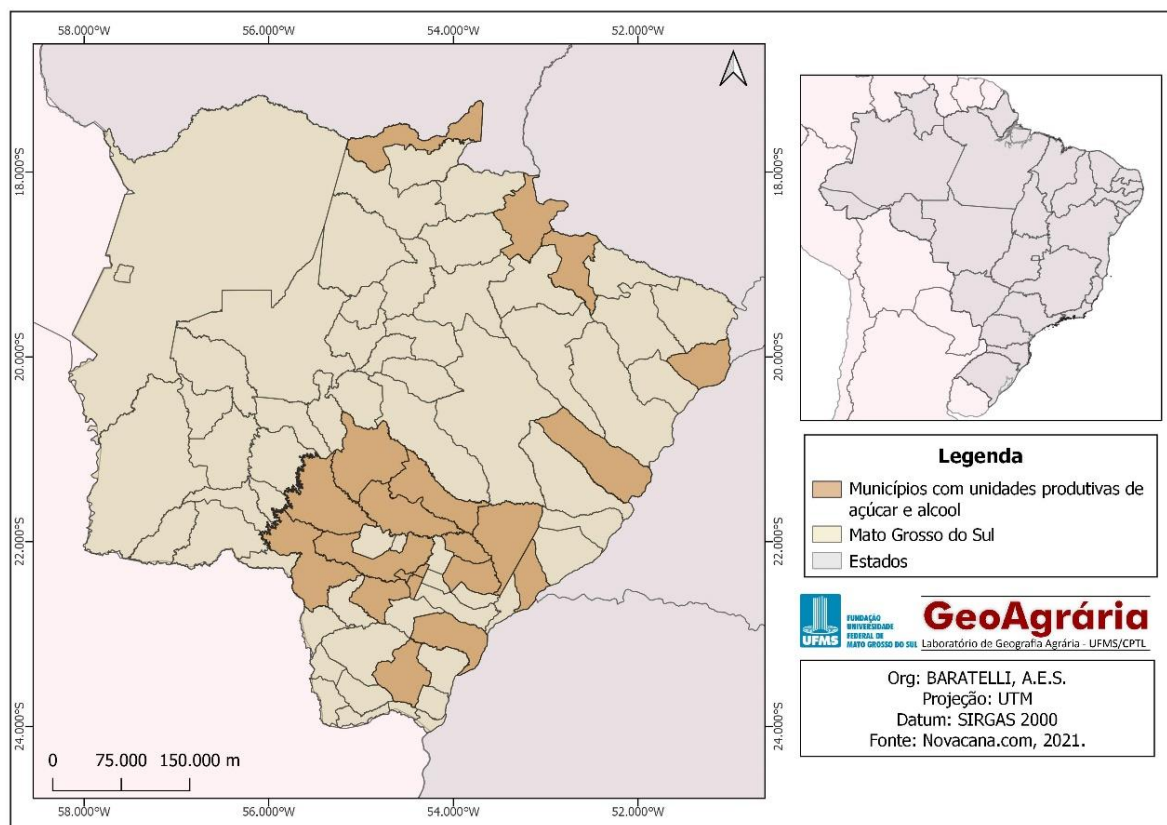
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>MS</b>	642.686	639.899	546.099	658.282	661.906	680.611	727.753
<b>Nova Alvorada do Sul</b>	82231	79811	71339	88648	90977	90896	94925
<b>Rio Brilhante</b>	83326	82488	72389	93065	89662	98002	86822
<b>Costa Rica</b>	32767	35753	47174	48358	45896	52342	61795
<b>Ivinhema</b>	27729	30290	31998	42355	43021	48399	52764
<b>Angélica</b>	32498	31674	35197	40447	38662	40904	51793

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

Assim como as principais áreas de plantio de cana-de-açúcar estão concentradas na região do Centro-Sul, estão localizadas também, principalmente, nesta região, a maioria das empresas do setor sucroalcooleiro implantadas nos Governos FHC e Lula, conforme demonstrado na figura 2 e na tabela 4. Os municípios sede das empresas estão destacados na figura 2 e os dados sobre as empresas estão demonstrados na tabela 4.

Estão concentradas, junto ao plantio de cana-de-açúcar, as empresas do setor sucroalcooleiro, com destaque nos municípios de Nova Alvorada do Sul, Rio Brilhante, Costa Rica, Ivinhema e Angélica, conforme representado na figura 1. Os municípios em questão são sede dessas empresas e fornecem também matéria-prima para as empresas territorializadas em municípios vizinhos, de acordo com a figura 2 e tabela 4.

**Figura 2: Mato Grosso do Sul: municípios sedes de unidades industriais de açúcar e álcool – 2021.**



**Tabela 4: Mato Grosso do Sul: municípios com unidades industriais de açúcar e etanol e ano de início da operação – 2020.**

Localização/Município	Unidade instalada	Ano de operação	Grupo financeiro responsável
Angélica	Usina Angélica	2008	Adecoagro
Aparecida do Taboado	Acoolvale	1983	Unialcool
Batayporã	Usina Laguna	2009	Usina Laguna
Brasilândia	Unidade Brasilândia	1979	CBAA (Cia. Brasileira de Açúcar e Álcool)
Caarapó	Unidade Caarapó	2009	Raízen
Chapadão do Sul	Usina Iaco Agrícola	2009	Iaco Agrícola
Costa Rica	Unidade Costa Rica	2011	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)
Dourados	Usina São Fernando	2009	São Fernando Açúcar e Acool
Fátima do Sul	Usina Fátima do Sul	2011	Fátima do Sul AgroEnergética S.A.
Iguatemi	Usina Dcoil	2002	Destilaria Centro Oeste Iguatemi (Dcoil)
Ivinhema	Adecoagro	2012	Adecoagro
Maracaju	Unidade Maracaju	1982	Biosev
Maracaju	Unidade Vista Alegre	2009	Tonon Bioenergia
Naviraí	Rio Amambai (antiga Usinavi)	1983	Amerra Capital Management
Nova Alvorada do Sul	Unidade Santa Luzia	2009	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)
Nova Andradina	Usina Santa Helena	1978	Santa Helena
Ponta Porã	Unidade Monteverde	2009	BP Bunge
Rio Brillhante	Unidade Eldorado	2009	Atvos (antiga Odebrecht Agroindustrial)

Rio Brillhante	Unidade Passa Tempo	1982	Biosev
Rio Brillhante	Unidade Rio Brillhante	2008	Biosev
Sidrolândia	Unidade Sidrolândia	1977	CBAA (Cia. Brasileira de Açúcar e Alcool)
Sonora	Unidade Sonora	1977	Usina Sonora
Vicentina	Unidade Vicentina	2008	Central Energética Vicentina

Fonte: Novacana.com (2020); Castilho (2013); Calixto (2015); Org: Os autores (2021).

No outro extremo de Mato Grosso do Sul, na região Leste, a alta taxa de lucro na exportação de *commodities* (re)introduziu a monocultura de eucalipto, para a produção da fibra curta branqueada de celulose.

No estado, há a segunda maior área plantada de eucalipto, com 1.124.969 hectares, sendo responsável pela maior produção mundial de celulose de fibra curta branqueada (PERPETUA, 2012). No que diz respeito à área de plantio, está atrás apenas do estado de Minas Gerais, cujo objetivo consiste em alimentar a demanda da madeira do eucalipto para as siderúrgicas.

A concentração do plantio de eucalipto localiza-se na região Leste do estado, com destaque para os municípios de Três Lagoas, com 263.690 hectares (maior área municipal plantada do Brasil); seguido de Ribas do Rio Pardo, com 213.931 hectares; Água Clara, com 131.942 hectares; Brasilândia, com 128.600 hectares; e Selvíria, com 87.321, conforme demonstrado na tabela 4 e localizados na figura 1.

De acordo com Baratelli (2019), no *ranking* dos cinco municípios com as maiores áreas plantadas em hectares de eucalipto do Brasil, quatro estão em Mato Grosso do Sul: Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Brasilândia (tabela 4). A maior área plantada de Minas Gerais (estado com maior plantio de eucalipto do país), localiza-se no município de João Pinheiro, com 109.480 hectares, ocupando a quinta posição do *ranking*.

**Tabela 4: Mato Grosso do Sul: Cinco municípios com maior área plantada de eucalipto, em hectares.**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
<b>MS</b>	65.1088	886.381	921.404	993.807	1.117.740	1.117.935	1.124.969
<b>Três Lagoas</b>	140.000	200.000	217.600	230.000	245.000	263.000	263.690
<b>Ribas do Rio Pardo</b>	140.000	175.000	196.000	205.000	210.000	216.000	213.931
<b>Água Clara</b>	95.000	118.000	120.000	125.000	126.000	128.000	131.942
<b>Brasilândia</b>	55.000	58.000	60.000	96.000	120.000	125.000	128.600
<b>Selvíria</b>	46.000	95.000	74.350	81.500	110.000	88.000	87.321

Fonte: IBGE Sidra, 2020; Org: Os autores (2021).

A concentração do plantio na região Leste de Mato Grosso do Sul, sobretudo, em municípios próximos de Três Lagoas (figura 1), está relacionada com o volumoso investimento estatal para a territorialização de duas grandes empresas (Suzano e Eldorado Brasil) do setor celulósico nos últimos anos (KUDLAVICZ, 2011).

De toda forma, o monocultivo de eucalipto em Mato Grosso do Sul está presente desde a década de 1970. Segundo Kudlavicz (2011), as especificidades do solo e a oferta de terras e de água favoreceram os plantios, justamente pelo direcionamento de recursos estatais na região de Três Lagoas, entendida como aquela de “vocação florestal”, inicialmente para abastecer as siderúrgicas instaladas na Região Sudeste. Ainda segundo o autor, os recursos eram provenientes do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), priorizando uma faixa de 1,4 milhão de hectares ao longo da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (NOB) e da rodovia BR-262, de Campo Grande a Três Lagoas, com a disponibiliza o de crédito e incentivos para a forma o do que se denominava por “maciços florestais” (KUDLAVICZ, 2011).

Mas, a primeira empresa de produ o de celulose teve seu projeto iniciado em 2006, por meio de acordo entre a International Paper/IP e a Votorantim Celulose Papel – junto a fusão com a Aracruz Celulose, originando a FIBRIA Celulose S.A que, em 2018, foi comprada pela empresa Suzano Papel e Celulose –, e o projeto custou R\$ 3,88 bilhões, financiados em grande parte pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econ mico e Social (BNDES) (PERPETUA, 2012). O complexo foi, de fato, inaugurado em 2009, com capacidade para produzir 1,3 milhão de tonelada de celulose.

Em 2010, iniciaram-se as obras de outra empresa de celulose no município de Três Lagoas, a Eldorado Brasil, projeto do grupo JBS e da MCL Empreendimentos, orçado em cerca de R\$ 5,1 bilhões, sendo R\$ 2,7 financiados pelo BNDES e FIP Florestal (PERPETUA, 2012), inaugurada em 2012. De acordo com Almeida (2017), a empresa   considerada a maior produtora de celulose do mundo, com capacidade de 1,5 milhão de toneladas por ano numa única unidade fabril.

Além das facilita es nos investimentos financeiros, houve também, em Mato Grosso do Sul, a utiliza o do aparato jurídico para atrair tais empresas, como promulga o da Lei n  093/2001, denominada de “MS Empreendedor”, isentando até 67% do ICMS em 5 anos (PERPETUA, 2012). Além desse percentual previsto de isen es, foram adicionados mais 23% nas opera es de saídas interestaduais e estendendo o prazo para 15 anos (KUDLAVICZ, 2011).

O aparato jurídico serviu também para facilitar a expansão do eucalipto, como, por exemplo, por meio da Resolu o SEMAC/MS n  17 de 20 de Setembro de 2007, que, em seu Artigo 1  dispensa o licenciamento ambiental para atividades de plantio de espécies exóticas. Como “cereja do bolo”, no ano seguinte, foi promulgado Decreto n  12.528, de 27 de Março de 2008, vinculado ao Sistema de Reserva Legal (SISREL) do estado que, em seu Artigo 12 , permite a recomposi o das reservas legais por meio da utiliza o de espécies exóticas (KUDLAVICZ, 2011). Assim, áreas de Cerrado desmatadas e tradicionalmente utilizadas para pecuária extensiva poderiam ser reflorestadas com espécies exóticas, logo, o eucalipto.

Como escrito anteriormente, a expansão do eucalipto em Mato Grosso do Sul, sobretudo na região de Três Lagoas, possui heranças históricas nos Programas especiais de desenvolvimento (POLOCENTRO). Nesse sentido, de acordo com Kudlavicz (2011), entre os anos de 1970 e 1980, foram plantados 416.653 mil hectares nos municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Água Clara. Com a crise cambial da década de 1980 e a redução drásticas nos recursos do POLOCENTRO, o monocultivo de eucalipto na região foi reduzido.

De fato, pode-se considerar que a expansão dos monocultivos de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar em Mato Grosso do Sul contaram com apoio e investimentos estatais, desde os Programas especiais, cuja centralidade do Estado consistia em subsidiar o desenvolvimento territorial. Entretanto, as atividades ligadas ao agronegócio se mantiveram crescendo mesmo no período do Estado neoliberal, pautado na falácia do Estado “mínimo”, mas que, de acordo com os dados evidenciados neste artigo, desnudam as constantes ações do Estado em prol da agricultura capitalista e das empresas ligadas ao setor.

Trata-se, portanto, de um Estado neoliberal, cujas políticas de investimentos reduzidos são bastante seletivas e se direcionam, principalmente, àqueles que, de fato, precisam do Estado, exemplo da agricultura familiar camponesa e as camadas populares da sociedade.

### **Breves considerações sobre o Estado neoliberal e a tendência de desmonte das políticas públicas**

O modelo de Estado neoliberal tornou-se mundializado a partir do final da década de 1980 e início dos anos de 1990. Todavia, no Brasil, a sociedade estava habituada ao modelo de Estado mínimo e, desde sempre, direcionado somente aos avanços econômicos e não sociais. Essa característica pode ser comprovada por meio da análise dos Governos da Ditadura Militar que, mesmo pautados no discurso nacionalista, adquiriram imensas dívidas externas ao direcionarem seus esforços para o enriquecimento de grandes grupos econômicos do país, empresariais e latifundiários.

No entanto, o modelo internacional de Estado neoliberal foi incorporado no Brasil, de fato, no Governo FHC, mesmo desenvolvendo algumas políticas públicas sociais, sempre manteve seu direcionamento ao enriquecimento das grandes empresas. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com orçamento de R\$ 2,3 bilhões, em 2002, impunha ao agricultor familiar camponês uma série de normas de consumo que subsidiassem os setores financeiros ligados ao campo (NARDOQUE, 2017).

Em Mato Grosso do Sul, no Governo FHC, descurou-se políticas de Reforma Agrária, criando apenas 93 assentamentos destinados a 11.782 famílias, em cerca de 343.996 hectares. Por outro lado, direcionou investimentos à expansão das atividades econômicas



para os latifundiários, com investimentos de R\$ 22,4 bilhões para agropecuária empresarial no ano de 2002 (NARDOQUE, 2017).

Além das ações de favorecimento à agricultura capitalista, o Governo FHC ficou marcado pela desregulamentação e flexibilização para o capital, desta forma, facilitando os trâmites burocráticos para os processos de privatização de empresas nacionais, legitimadas pelo discurso de sanar a dívida externa, o que não aconteceu (BACELAR, 2003).

A tendência e reprodução das políticas neoliberais, contraditoriamente no interior de proposta neodesenvolvimentista, se mantiveram veementes nos Governos do PT, considerados progressistas. Os investimentos do Governo Lula, no ano de 2010, foram de R\$ 11,9 bilhões para a agricultura familiar, via Pronaf e de R\$ 36,6 bilhões destinados a agropecuária empresarial, para o estado de Mato Grosso do Sul. Além disso, com políticas de Reforma Agrária ineficientes no estado, pois foram criados apenas 85 assentamentos destinados a 11.295 famílias, em 229.085,3 hectares, ou seja, com números inferiores aos do Governo FHC (NARDOQUE, 2017).

Todavia, as políticas destinadas à manutenção das famílias do campo e ao desenvolvimento econômico da agricultura familiar passaram a ser a centralidade dos investimentos dos Governos do PT. Isto porque os Programas governamentais existentes receberam maior atenção e investimentos públicos, tornando-os mais efetivos para as populações do campo.

Dentre os Programas que receberam investimentos e maior organização nos Governos do PT, estão: o desenvolvimento das assessorias técnicas para o campo, por meio do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER), direcionado a todos modelos de Projetos de Assentamentos; a valorização de famílias com vulnerabilidade socioeconômica nos Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); os incentivos realizados pelo Ministério da Educação (MEC) para as políticas de Educação no Campo; as políticas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com incentivos à agroecologia (MATTOS, 2017).

Além das políticas para melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores do campo, cabe ressaltar as ações dos Governos petistas em Programas da Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), direcionados ao combate à fome no país, como: o crescimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), responsável por alimentar de 38 milhões de alunos e destinar parte de sua compra aos produtos da agricultura familiar; a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que visava reduzir a desnutrição, manter a segurança alimentar e incentivar a produção da agricultura familiar, com investimentos de cerca de R\$ 5,35 bilhões, entre os anos de 2004 e 2013. Ademais, o Programa Brasil sem Miséria também teve demasiada importância no combate à fome no país (MATTOS, 2017).

No que se refere ainda às ações do Estado brasileiro nos Governos petistas, em políticas que garantissem o mínimo de qualidade de vida à população, o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais (CISTERNAS) foi responsável por atender 1,2 milhão de famílias do Nordeste, entre os anos de 2003 e 2016, direcionando a captação de água para uso humano e na produção de alimentos (MATTOS, 2017).

Então, diante dos dados apresentados sobre as ações dos Governos progressistas do PT, pode-se compreender seu direcionamento à mediação entre setores e classes da sociedade, agindo em prol do desenvolvimento econômico e enriquecimento da tradicional elite brasileira e, também, nas políticas para redução de desigualdades. (PAULA *et al.*, 2017).

Todavia, as alianças realizadas entre diferentes classes da sociedade e os poucos avanços sociais realizados por ações dos Governos Petistas culminaram no processo do Golpe Político-Jurídico-Midiático-Ruralista (NARDOQUE *et al.*, 2018). Assim, houve a queda da então Presidenta Dilma Rousseff (PT) e a ascensão do vice-presidente Michel Temer (PMDB), a partir de maio de 2016.

A ascensão do Vice-Presidente Michel Temer, em 2016, demarcou o avanço desnudado de um Governo assumidamente neoliberal que, a princípio, direcionou esforços às políticas que reduzissem ações do Estado para aqueles que precisam dele, tais como, a Emenda Constitucional 55, responsável por congelar “gastos” públicos na saúde, educação, segurança etc., e, além disso, pautou a Reforma Trabalhista (aprovada em 2017) e a Reforma da Previdência (aprovada em 2019, no Governo Bolsonaro), objetivando a redução dos poucos direitos adquiridos historicamente pelos trabalhadores (MATTOS, 2017; PAULA *et al.*, 2018).

A brusca mudança ocorrida com a queda da Presidenta Dilma e a ascensão de Michel Temer, desdobraram em múltiplos ataques às políticas de Reforma Agrária. A princípio, com a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2016, houve constantes reduções orçamentárias às políticas de manutenção e desenvolvimento da agricultura familiar camponesa. Dentre as políticas públicas desmontadas, cabe destacar os Projetos de Infraestrutura em Territórios Rurais (PROINFs) e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA).

Em relação aos PROINFs, cujo objetivo era melhorar a qualidade de infraestrutura, incentivar a geração de renda e a agroecologia, combater desigualdades e fomentar a participação popular, os 278 projetos aprovados em Mato Grosso do Sul, entre 2003 e 2014, receberam fomento de R\$74.319.792,24, enquanto no Governo Temer, pós extinção do MDA, diversos PROINFs aprovados em MS não foram implementados devido ao corte de verbas, como foi no caso do Território Rural do Bolsão (NARDOQUE *et al.*, 2018).

Além dos PROINFs, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA), que servira como forma de reduzir a fome e desnutrição por meio da aquisição de alimentos produzidos pela agricultura familiar, incentivando também a produção nos assentamentos, sofreu abrupto desmonte no Governo Temer, uma vez que, em 2013, o orçamento foi de mais de R\$ 8 milhões e, em 2016 e 2017, houve significativos cortes. Todavia, a “pá de cal” no Programa foi em 2018, com aprovação de somente cinco projetos, com orçamento de R\$ 376.200,00, dos 40 submetidos (NARDOQUE *et al.*, 2018).

Corroborando com o desmonte das políticas de Reforma Agrária, a violência no campo ascendeu em aliança com o Governo ilegítimo de Michel Temer, pois, de acordo com dados publicados pelo DATALUTA, como base no Caderno de Conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT), houve retomada expressiva dos assassinatos e da violência no campo, sendo a questão tratada pelo Estado com a impunidade (CLEPS, 2018; NARDOQUE *et al.* 2018).

Diante dos desmontes promovidos pelo Governo Temer, a sequência do projeto de destruição das políticas públicas de Reforma Agrária foi feita pelo Governo Bolsonaro, a partir de 2019. De antemão, o Governo em questão elegeram-se pautando seu discurso no ódio e violência aos movimentos sociais do campo, sobretudo ao Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), aos povos indígenas e aos quilombolas. Tratava-se, portanto, de externalizar o sentimento truculento e patronal em reverência à União Democrática Ruralista (UDR). Assim:

As políticas fundiárias levadas a cabo pelo governo Bolsonaro no primeiro ano de mandato têm três marcas fundamentais: (1) a suspensão de qualquer destinação de terras para criação de assentamentos rurais, terras indígenas e territórios quilombolas; (2) a criação de mecanismos para franquear as terras dos assentamentos e indígenas para a expansão do agronegócio e outros interesses do capital, como a mineração e a construção de hidrelétricas; (3) a intensificação da legalização da grilagem de terras, em especial na Amazônia. (ALENTEJANO, 2020, p. 365).

Como forma de materializar parte dessas três marcas fundamentais, recorrer-se-á a algumas situações que desnudam a conotação ideológica do Governo Bolsonaro em favorecer os donos de terras e beneficiados da agricultura capitalista, tal como a atuação do ex-Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, responsável por verbalizar em uma reunião ministerial a ansiedade de utilizar a “distração” causada pela pandemia mundial da Covid-19 para “passar a boiada”<sup>8</sup> na Amazônia e a pressão pessoal feita pelo Presidente Bolsonaro à Câmara dos Deputados para a votação da Medida Provisória 910<sup>9</sup>, conhecida como MP da “grilagem”. Concomitante, não faltam recursos para a agricultura capitalista, pois o Governo Federal disponibilizou R\$ 236,3 bilhões para apoiar a produção agropecuária no Plano Safra

<sup>8</sup> Ministro do Meio Ambiente defende passar 'a boiada' e 'mudar' regras enquanto atenção da mídia está voltada para a Covid-19. Disponível em: <<https://glo.bo/30DR3IJ>>. Acesso em: 12 mar. 2021

<sup>9</sup> Posição da AGB frente à MP N. 910/2019. Disponível em <<https://www.agb.org.br/posicionamento-da-agb-sobre-a-mp-n-910-2019/>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

2020-2021, valor 6,1% maior (mais R\$ 13,5 bilhões) que o da safra anterior e o maior da história em valores nominais<sup>10</sup>.

Os fatos citados são apenas detalhes que correspondem a ponta do *iceberg* das ações de desmonte das políticas públicas para a Reforma Agrária e o benefício aos latifundiários e à agricultura capitalista. Neste sentido, o Governo Bolsonaro tem representado a esdrúxula barbárie das políticas neoliberais, uma vez que os cortes orçamentários não se limitam ao campo, mas estão em todos os setores, pois fazem parte de um projeto político de extermínio da população pobre.

### Considerações Finais

O Estado brasileiro manteve a centralidade de suas ações voltadas ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Desde os períodos de constituição de infraestrutura e integração regional, sobretudo nos anos 1970, os direcionamentos das políticas públicas e Programas governamentais se pautaram na intensificação da produção agrícola para exportação de *commodities*. A partir de seu direcionamento neoliberal, não foi muito diferente, pois os recursos também foram abundantes para o setor.

Desta forma, o presente artigo analisou as ações do Estado brasileiro no desenvolvimento da agricultura capitalista, via subsídios financeiros e estruturas, por meio da expansão dos monocultivos de soja, milho, eucalipto e cana-de-açúcar e suas principais áreas de plantio na dinâmica de exportação de *commodities* em Mato Grosso do Sul e os desdobramentos das ações do Estado neoliberal nas políticas públicas do campo.

Constatou-se que, mesmo com a dinamização na economia brasileira, a centralidade das balanças de exportação manteve-se voltada à exportação de matéria-prima, mas com novo modelo de reprimarização da economia, embutido de técnicas e tecnologias. Assim, a histórica intensificação na produção agrícola foi agregada às novas formas de investimentos estatais, uma vez que os Programas de desenvolvimento especiais, tais como POLOCENTRO, PRODEGRAN e PRODEPAN, estavam centrados, principalmente, na dinamização econômica por meio da realização de infraestrutura.

Os investimentos estatais para a expansão da agricultura capitalista foram determinantes para o crescimento de setores vinculados ao agronegócio, sobretudo, porque o Estado passou, além de fornecer infraestrutura para atração do capital, a subsidiar a territorialização dos capitais no campo e a expansão dos cultivos destinados à exportação.

De fato, a direção das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro foi sempre no sentido da expansão da agricultura capitalista mesmo nos Governos ditos progressistas,

---

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://bit.ly/3qOJJi0>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

entretanto, alguns programas governamentais – em curso de desmonte – representam demasiada importância na manutenção e crescimento econômico da agricultura familiar camponesa.

## Referências

ABREU, Silvana de. Região da Grande Dourados (MS): planejamento e (des)construção de uma região. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. **Anais...** Universidade de São Paulo: São Paulo – SP, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. As políticas do Governo Bolsonaro para o campo: a contra-reforma em marcha acelerada. **Revista da ANPEGE**, v. 16, n. 29, p. 351-390, 2020.

\_\_\_\_\_. Intervenção e Gerenciamento Espacial: o caso do PRODEPAN. In: II Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal: os Desafios do Novo Milênio, 2000. **Anais...** Universidade Federal de Mato Grosso do Sul: Corumbá – MS, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Contradições da reforma agrária o bolsão/MS em tempo de impérios de papel. In: CAMACHO, Rodrigo Simão e COELHO, Fabiano, (Orgs.). **O Campo nos Governos FHC e Lula: contribuições para um debate multidisciplinar**. Curitiba: CRV, 2017.

BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. **Políticas Públicas e Gestão Local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais**. Rio de Janeiro: FASE, p. 01-10, 2003.

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos. **A dinâmica do processo de expansão do eucalipto e a majoração do preço da terra no município de Três Lagoas**. 2019. 71p. (Monografia de Conclusão de Curso) Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2019.

CASTILHO, Fabio Roberto. **A expansão da agroindústria canavieira no estado de Mato Grosso do Sul: características e crescimento**. 2012. 103p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2012.

CHAMORRO, Graciela; COMBÉS, Isabelle (Orgs.). **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados, MS: EDUFGD, 2015.

CLEPS JR., João. Descaminhos da reforma agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise político-institucional no Brasil. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 649-663, 2018.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965 – 2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. Capítulo: Da ‘modernização conservadora’ à economia do agronegócio.

HARVEY, David. Teoria marxista do Estado. In: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Anablume, 2005.

HESPANHOL, A. N. **A atuação do Estado no processo de desenvolvimento brasileiro**. In: Meneguette Junior, Messias (Org.). FCT: 40 anos Perfil Científico Educacional. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1999.

\_\_\_\_\_. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de geografia**, v. 1, n. 22, p. 7-26, 2000.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

KUDLAVICZ, Mieczslau. **Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na microrregião de Três Lagoas**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2011.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Revista outubro, v. 1, n. 01, p. 70-80, 1995.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Contexto, 2010.

Mattos, L. M. de. Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. **ANÁLISE**, EMBRAPA, 2017.

MISSIO, Fabricio José; RIVAS, Rozimare Marina Rodrigues. Aspectos da Formação Econômica de Mato Grosso do Sul. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 49, n. 3, p. 601-632, 2019.

Nardoque, S.; Melo, D. S.; Kudlavicz, M. Questão agrária em Mato Grosso do Sul e seus desdobramentos pós-golpe de 2016. **Revista OKARA: Geografia em debate**, v.12, n.2, p. 624-648, 2018.

NARDOQUE, Sedeval. Expansão geográfica do capital e reforma agrária em Mato Grosso do Sul nos governos FHC e Lula. In; COELHO, Fabiano; CAMACHO, Rodrigo Simão. **O campo no Brasil contemporâneo: do governo FHC aos governos petistas (questão agrária e reforma agrária)**. Curitiba: CRV, 2017.

Novacana.com. **Mato Grosso do Sul: lista das unidades em operação**. Disponível em: <[https://www.novacana.com/usinas\\_brasil/estados/mato-grosso-do-sul](https://www.novacana.com/usinas_brasil/estados/mato-grosso-do-sul)>. Acesso em: 10 fev. 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULA, Adriano Makux de; MONTENEGRO GOMEZ, Jorge Ramon; TRACS, Caroline Aparecida Marchioro. Novo ciclo neoliberal no Brasil: desmontando as políticas públicas para a agricultura camponesa. In: **REVISTA PEGADA**, Presidente Prudente, v. 18, 2017. pp. 57-88.

PERPETUA, Guilherme Marini. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. 2012. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 148-172.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. A estrutura produtiva do campo e a evolução da pecuária no município de Três Lagoas-MS. In: III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 2005. **Anais...** Presidente Prudente - SP: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2005.

\_\_\_\_\_. A questão agrária no processo histórico brasileiro: breves considerações. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros Seção Três Lagoas**, p. 135-154, 2011.

\_\_\_\_\_. **Os efeitos socioespaciais da expansão canavieira na Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema no estado de Mato Grosso do Sul**. Presidente Prudente, 2015. 226p. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

VELTMEYER, Henry; PETRAS, James. Surgimiento y muerte del capitalismo extractivo. **Observatorio del Desarrollo**, México, v. 3, n. 9, p. 19-26, 2014.

---

## Sobre os autores

---

**Amanda Emiliana Santos Baratelli** – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGeo) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Vice-presidenta da Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) (2020-2022). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0001-9131-1194>.

**Sedeval Nardoque** – Graduação em Geografia pelo Centro Universitário de Jales. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do curso de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas (UFMS/CPTL). **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1562-6623>.

---

## Como citar este artigo

---

BARATELLI, Amanda Emiliana Santos; NARDOQUE, Sedeval. A expansão da agricultura capitalista subsidiada pelas ações do Estado em Mato Grosso do Sul. **Revista NERA**, v. 24, n. 60, p. 152-174, set.-dez., 2021.

---

## Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Amanda Emiliana Santos Baratelli** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados e suas interpretações e análise; o segundo autor **Sedeval Nardoque**, pelos procedimentos técnicos de revisão/correção dos conceitos teóricos e a sobre as análises dos dados.

Recebido para publicação em 16 de março de 2021.

Devolvido para a revisão em 14 de julho de 2021.

Aceito para a publicação em 17 de julho de 2021.

---